

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) Nº 37/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.002110/2026-31

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE DA SOLUÇÃO

Unidade:	Engenharia
Nome do Projeto:	Troca do mecanismo da porta automática do prédio principal 1030
Fonte de Recursos:	6.2.2.1.1.01.04.04.030 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
Responsável pela Demanda:	Alfredo Leonardo Guedes Fulber
E-mail:	engenharia@crars.org.br
Ramal	4712

2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

2.1. Trata-se da necessidade de contratação de empresa especializada para realizar a manutenção corretiva da porta automática de correr localizada na entrada principal do CRA-RS, incluindo eventual substituição de componentes, fornecimento de peças, instalação, testes e colocação em funcionamento.

2.2. A contratação deverá contemplar todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à adequada execução do serviço, garantindo o pleno funcionamento do sistema, a segurança dos usuários e a conformidade com normas técnicas aplicáveis.

2.3. Deverá ser considerada a implementação de solução que permita o fechamento manual da porta em situações de contingência, de modo a assegurar o controle de acesso e a segurança patrimonial.

2.4. A intervenção será realizada na entrada principal do edifício do CRA-RS, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1030, em Porto Alegre/RS.

2.5. A solução a ser adotada deverá considerar as características da estrutura existente, compatibilidade técnica, durabilidade, segurança operacional e viabilidade econômica, sendo detalhada no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

3. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

	Setor Demandante	Superintendente Executiva	Vice-Presidente da Área
Nome:	Alfredo Leonardo Guedes Fulber	Gabriela Gonçalves Sanches	Adm. Júlio Cesar Lopes Abrantes
Email:	engenharia@crars.org.br	superex@crars.org.br	jcabrantes1962@gmail.com
CPF:	000.XXX.020-28	004.XXX.010-97	752.XXX.467-87

4. ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM BASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. A presente contratação está alinhada ao planejamento estratégico do Sistema CFA/CRA's, adotado pelo CRA-RS, especialmente no que se refere às diretrizes de modernização da infraestrutura institucional, melhoria da eficiência operacional e garantia da continuidade dos serviços.

4.2. A demanda possui natureza superveniente, decorrente de falha operacional em equipamento essencial ao acesso principal da edificação, não prevista originalmente no Plano de Contratações Anual

(PCA) 2026, sendo necessária sua inclusão posterior, nos termos da legislação vigente.

4.3. A não realização da contratação implica risco de interrupção do acesso às dependências da instituição, comprometendo a continuidade dos serviços, a segurança dos usuários e o controle de entrada e saída de pessoas.

4.4. A solução a ser definida no Estudo Técnico Preliminar deverá observar critérios de eficiência, economicidade, segurança e durabilidade, em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Dessa forma, a contratação está alinhada ao interesse público e às diretrizes de gestão administrativa eficiente, assegurando a adequada conservação dos bens imóveis e a continuidade das atividades institucionais.

5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente demanda decorre do mau funcionamento da porta automática de correr localizada na entrada principal do CRA-RS, equipamento essencial para o acesso às dependências da instituição.

5.2. O sistema apresenta falhas operacionais recorrentes, decorrentes do desgaste natural pelo uso contínuo, comprometendo sua confiabilidade e funcionamento adequado.

5.3. A situação atual representa risco à continuidade das atividades institucionais, podendo ocasionar interrupções no acesso ao edifício, prejuízos ao atendimento ao público e transtornos a colaboradores e usuários.

5.4. Adicionalmente, o funcionamento inadequado da porta compromete a segurança patrimonial e o controle de entrada e saída de pessoas, podendo expor a instituição a riscos operacionais.

5.5. Destaca-se que a porta em questão constitui o principal acesso ao prédio, sendo elemento crítico para o funcionamento regular da autarquia.

5.6. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de intervenção técnica para restabelecimento das condições adequadas de operação, cuja solução será definida no Estudo Técnico Preliminar, considerando critérios de viabilidade técnica, econômica e de segurança.

6. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

6.1. Com a presente contratação, espera-se restabelecer e garantir o pleno funcionamento da porta automática de correr da entrada principal do CRA-RS, assegurando maior confiabilidade, eficiência e segurança no acesso às dependências da instituição.

6.2. Constituem resultados esperados da contratação:

6.2.1. Restabelecimento do funcionamento regular do sistema de abertura e fechamento da porta, sem falhas operacionais após a conclusão dos serviços;

6.2.2. Garantia de operação segura, com funcionamento adequado dos dispositivos de proteção e controle de acesso;

6.2.3. Disponibilização de solução que permita o fechamento manual da porta (com chave) em situações de contingência;

6.2.4. Entrega do sistema devidamente instalado, configurado, testado e em condições plenas de uso;

6.2.5. Atendimento às normas técnicas aplicáveis e às condições de segurança exigidas;

6.2.6. Redução de custos com manutenções corretivas recorrentes, em razão da substituição de componentes desgastados por equipamentos novos e mais eficientes;

6.2.7. Melhoria nas condições de acessibilidade e fluxo de entrada e saída de usuários e colaboradores;

6.2.8. Execução completa dos serviços, incluindo instalação, testes e validação pela fiscalização do contrato.

6.3. Os resultados serão verificados por meio do recebimento do objeto, mediante comprovação

do funcionamento adequado do sistema e aprovação pela fiscalização do contrato.

7. FORMA DE CONTRATAÇÃO

7.1. A forma de contratação será definida após a conclusão dos Estudos Técnicos Preliminares, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Considerando as características do objeto, há indicativo de que a contratação poderá ser realizada mediante licitação, na modalidade pregão eletrônico, por se tratar, em tese, de serviço comum.

7.3. A definição final da modalidade, do critério de julgamento e das condições do certame será formalizada no Termo de Referência.

8. PRAZO PRETENDIDO PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação deverá ser concluída no menor prazo possível, considerando a necessidade de restabelecimento do pleno funcionamento do acesso principal do CRA-RS.

8.2. Estima-se como prazo desejável para conclusão do processo de contratação o mês de maio de 2026, podendo sofrer ajustes conforme o andamento das etapas de planejamento, instrução processual e realização do procedimento licitatório.

8.3. A definição do prazo decorre da necessidade de mitigar os riscos operacionais associados ao mau funcionamento do equipamento, especialmente quanto à continuidade do acesso às dependências da instituição e à segurança dos usuários.

9. ENCAMINHAMENTOS

9.1. Em conformidade com [Decreto 10.947](#), de 25 de janeiro de 2022, emitida pela Presidência da República, encaminha-se o presente Documento de Formalização de Demanda (DFD) à Área de Licitações e Contratos.

Responsável pela Contratação:

Alfredo Leonardo Guedes Fulber
Chefe de Setor - Engenharia
CREA-RS 266699

Adm. Gabriela Gonçalves Sanches
CRA-RS nº 30370
Superintendente Executiva do CRA-RS



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Leonardo Guedes Fülber**, **Chefe de Setor**, em 20/05/2026, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Gonçalves Sanches**, **Superintendente Executivo(a)**, em 21/05/2026, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **3987891** e o código CRC **6F1AC5F4**.



PREGÃO ELETRÔNICO

90010/2026

Conselho Regional de Administração do RS (UASG)

389150

OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção corretiva com substituição do conjunto de acionamento de porta automática de correr, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, instalação, configuração, testes, comissionamento e adequações necessárias ao pleno funcionamento do sistema, bem como a retirada e o descarte ambientalmente adequado dos componentes substituídos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 9.799,23 (nove mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

LOCAL DA PUBLICAÇÃO E REALIZAÇÃO DO CERTAME

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	9
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	Erro! Indicador não definido.
8. DO TERMO DE CONTRATO	12
9. DOS RECURSOS	14
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16

EDITAL**Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**

Processo Administrativo SEI nº 476910.002110/2026-31

Torna-se público que o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul, por meio do Setor de Licitações e Contratos, sediado na Rua Marcílio Dias, 1030, bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR VALOR, modo de disputa ABERTO E FECHADO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção corretiva com substituição do conjunto de acionamento de porta automática de correr, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, instalação, configuração, testes, comissionamento e adequações necessárias ao pleno funcionamento do sistema, bem como a retirada e o descarte ambientalmente adequado dos componentes substituídos.

1.2. A licitação será realizada para um item, conforme Termo de Referência (Anexo I).

1.3. Em caso de discordância, entre as especificações do objeto descrito no sítio eletrônico do Comprasgov (www.gov.br/compras) e as especificações do objeto descrito no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, prevalecerão as especificações constantes no Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total, considerando o subitem 1.4 e 1.5 do Termo de Referência.

4.1.2. Devendo respeitar a quantidade prevista no Termo de Referência, bem como a descrição do sistema a ser fornecido e as especificações técnicas.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, anexo I deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até

dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.14. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.15. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21.1. Em relação a grupos de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.21.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle

5.22.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2 empresas brasileiras;

5.22.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.25 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.26 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.26.1 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.26.2 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de não aceitação da proposta.

5.26.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 do edital, especialmente quanto à

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.3. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.

6.6. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, anexo I deste Edital;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.11. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2.1. As exigências de habilitação estão previstas nos itens **9.4 a 9.30 do Termo de Referência**.

7.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados via campo próprio do sistema Compras.gov.br.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura,

mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.2. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.crars.org.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA LICITAÇÃO

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. **Deixar** de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. **Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:**

10.1.1.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.1.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.1.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.1.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3. **Recusar-se**, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. **Apresentar** declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. **Fraudar** a licitação;

10.1.6. **Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:**

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, e

10.1.6.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. **Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:**

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar, e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. **Na aplicação das sanções serão considerados:**

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública, e

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1, 10.1.1 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1, 10.1.1 e 10.1.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar com o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do sul, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6.2 e 10.1.6.3, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1, 10.1.1 e 10.1.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento somente poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacoes@crars.org.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação, conforme §2º do artigo 16 da IN SEGES nº 73/2022.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico oficial do CRA-RS: www.crars.org.br.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.1.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar

12.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços

APROVAÇÃO:

Aprovo o edital e determino que seja realizada a sua publicação.

Porto Alegre, *assinado digitalmente*.

Adm. Flávio Cardozo de Abreu

Presidente do CRA-RS

CRA-RS 20.904

Engenharia
Rua Marcílio Dias 1030 - Bairro Menino Deus - Porto Alegre-RS - CEP 90130-000
Telefone: (51) 3014-4700 - www.crars.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 59/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.002110/2026-31

Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os arts. 6º, inciso XXIII, 18 e 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas aplicáveis à matéria.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção corretiva com substituição do conjunto de acionamento de porta automática de correr, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, instalação, configuração, testes, comissionamento e adequações necessárias ao pleno funcionamento do sistema, bem como a retirada e o descarte ambientalmente adequado dos componentes substituídos.

1.2. A contratação contempla ainda o fornecimento e a instalação de sistema de fechamento manual com acionamento por chave, destinado ao travamento seguro da porta em situações de contingência ou indisponibilidade do sistema automático, visando reforçar os controles de acesso e a segurança patrimonial.

1.3. Os serviços serão executados na porta automática localizada na entrada principal do prédio do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1030, bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS.

1.4. O sistema a ser fornecido e instalado deverá contemplar, no mínimo, as seguintes especificações técnicas:

- a) Motorreductor com *encoder* magnético e velocidade ajustável;
- b) Correia sincronizada;
- c) Carros transportadores com sistema antidescarrilamento;
- d) Central de comando microprocessada com sistema antiesmagamento;
- e) Trilho em alumínio;
- f) Chave seletora de funções;
- g) 02 (dois) sensores de movimento;
- h) Fotocélula de segurança;
- i) Sistema de fechamento manual com chave.

1.5. Características da porta:

- a) Porta de alumínio caixilhada com vidro;
- b) 01 (uma) folha;
- c) Dimensões: 1,30 m (largura) x 2,35 m (altura);
- d) Peso aproximado: 200 kg.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de manutenção corretiva com substituição do sistema de acionamento de porta automática de vidro, incluindo fornecimento de materiais, instalação, configuração, testes e comissionamento.	21342	SV	1	R\$ 9.799,23 (nove mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos)	R\$ 9.799,23 (nove mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos)

1.6. Os serviços objeto desta contratação possuem natureza comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, podendo ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

1.7. O presente contrato terá vigência até que todas as partes cumpram integralmente suas obrigações contratuais, observada a conclusão do objeto, o recebimento definitivo e a quitação das obrigações assumidas.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação não constou inicialmente no Plano de Contratações Anual 2025 do CRA-RS, tendo em vista tratar-se de demanda superveniente identificada no decorrer do exercício, relacionada à necessidade de manutenção corretiva indispensável ao adequado funcionamento e à segurança do acesso principal da edificação.

2.3. O Plano de Contratações Anual será oportunamente atualizado, nos termos da regulamentação aplicável.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, consideradas as condições de execução, o ciclo de vida do objeto e as especificações técnicas necessárias ao atendimento da demanda, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, a contratada deverá observar as diretrizes constantes da legislação aplicável e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, assegurando o atendimento aos requisitos ambientais pertinentes aos seus processos, produtos e serviços.

4.2. Deverão ser observadas, sempre que aplicáveis, as seguintes diretrizes:

4.2.1. menor impacto sobre recursos naturais;

4.2.2. maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia;

4.2.3. preferência por materiais e equipamentos com maior vida útil e menor custo de manutenção;

4.2.4. utilização, sempre que possível, de materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis;

4.2.5. destinação ambientalmente adequada dos componentes e resíduos decorrentes da execução contratual.

Subcontratação

- 4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.4. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

- 4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado aos interessados o direito de realização de vistoria prévia, acompanhada por servidor designado para esse fim.
- 4.6. A vistoria poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h, mediante prévio agendamento através do e-mail: engenharia@crars.org.br.
- 4.7. Serão disponibilizados data e horário distintos aos interessados em realizar a vistoria.
- 4.8. Para a realização da vistoria, o representante da empresa deverá estar devidamente identificado, mediante apresentação de documento oficial de identidade e documento emitido pela empresa que comprove sua autorização para a realização da vistoria.
- 4.9. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.10. A não realização da vistoria não poderá embasar alegações posteriores de desconhecimento das instalações, condições locais ou eventuais dificuldades relacionadas à execução dos serviços, permanecendo sob responsabilidade da contratada os ônus decorrentes de sua proposta.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. A execução do objeto obedecerá à seguinte dinâmica:
- 5.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços nas dependências do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul – CRA-RS, em dias e horários previamente acordados com a fiscalização do contrato, de forma a não prejudicar o regular funcionamento das atividades institucionais.
- 5.3. Todos os materiais, componentes e equipamentos fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, e estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e especificações do fabricante.

Etapas de Execução

- 5.4. A execução do objeto deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas:

Desinstalação do Sistema Existente

- 5.5. Deverá ser realizada a retirada completa do conjunto de acionamento atualmente instalado, incluindo motor, sensores, central de controle e demais componentes necessários à substituição, observando-se os cuidados necessários para preservação da estrutura existente.

Descarte dos Componentes

- 5.6. Os materiais e componentes retirados deverão receber destinação ambientalmente adequada, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o transporte, manejo e descarte em conformidade com a legislação aplicável.

Fornecimento e Instalação do Novo Sistema

- 5.7. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o novo conjunto de acionamento da porta automática de correr, incluindo:
- 5.7.1. Motor de acionamento;
- 5.7.2. Central de controle;
- 5.7.3. Sensores de presença e segurança;
- 5.7.4. Trilhos, correias e demais componentes necessários;

5.7.5. Sistema de fechamento manual com acionamento por chave.

5.8. A instalação deverá ser realizada de acordo com as recomendações do fabricante e normas técnicas aplicáveis, garantindo o perfeito alinhamento, fixação e funcionamento do sistema.

Configuração e Programação

5.9. Após a instalação, a CONTRATADA deverá realizar a configuração completa do sistema, incluindo ajustes de velocidade, tempo de abertura e fechamento, sensibilidade dos sensores e demais parâmetros operacionais necessários ao adequado funcionamento do equipamento.

Testes e Comissionamento

5.10. Deverão ser realizados testes operacionais completos, incluindo:

5.10.1. Funcionamento automático da porta;

5.10.2. Atuação dos sensores de segurança;

5.10.3. Sistema de parada de emergência (se aplicável);

5.10.4. Funcionamento do sistema de fechamento manual;

5.10.5. Verificação de ruídos, vibrações e desempenho geral.

5.11. O sistema somente será considerado apto para recebimento provisório após a comprovação de pleno funcionamento e aprovação pela fiscalização do contrato.

Prazos de Execução

5.12. Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

Responsabilidades da Contratada

5.13. São responsabilidades da CONTRATADA:

5.13.1. Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução do objeto;

5.13.2. Disponibilizar profissionais qualificados e em número suficiente;

5.13.3. Cumprir as normas de segurança do trabalho e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados;

5.13.4. Reparar quaisquer danos causados às instalações durante a execução dos serviços;

5.13.5. Garantir a limpeza e organização do local após a conclusão dos serviços.

5.13.6. Promover a limpeza do local e a remoção de resíduos decorrentes da execução dos serviços.

Fiscalização e Acompanhamento

5.14. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante designado pelo CONTRATANTE, ao qual caberá verificar o cumprimento das obrigações contratuais, podendo solicitar ajustes, esclarecimentos e correções que se fizerem necessários.

Recebimento dos Serviços

5.15. O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:

5.16. Provisório: após a conclusão dos serviços e testes iniciais;

5.17. Definitivo: em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação do adequado funcionamento do sistema e ausência de falhas ou inconformidades.

5.18. O início da execução do objeto ocorrerá após o recebimento da Ordem de Serviço devidamente assinada pela CONTRATADA.

Local e horário da prestação dos serviços

5.19. Os serviços serão executados na Rua Marcílio Dias nº 1030, bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Especificações da garantia do serviço

5.20. A CONTRATADA deverá prestar garantia mínima de 12 (doze) meses sobre os serviços executados e componentes fornecidos, contados do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.21. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa contratada para reunião inicial, com a finalidade de alinhar procedimentos relacionados à execução do objeto, fiscalização contratual, prazos e demais obrigações previstas.

6.6. Preposto

6.7. A CONTRATADA deverá designar formalmente preposto antes do início da execução dos serviços, indicando seus poderes e deveres em relação à execução contratual.

6.8. Não será exigida a permanência contínua do preposto no local de execução dos serviços.

6.9. A CONTRATANTE poderá recusar, mediante justificativa, a indicação do preposto, hipótese em que a CONTRATADA deverá designar substituto.

Fiscalização

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência

desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. O fiscal do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização nos termos do contrato.

Gestor do Contrato

6.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Critérios de Medição e Pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada através da conferência dos serviços recebidos, os quais deverão refletir com exatidão as características constantes no processo licitatório e proposta da contratada.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. Não produzir os resultados acordados,

7.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

I - O fornecimento integral de todos os materiais, equipamentos e componentes especificados, em conformidade com as exigências deste Termo de Referência;

II - A execução completa dos serviços de desinstalação do sistema anterior, instalação do novo conjunto de acionamento, configuração e comissionamento;

III - O pleno funcionamento da porta automática, incluindo motor, sensores, central de controle e demais dispositivos, sem falhas operacionais;

IV - A adequada instalação e funcionamento do sistema de fechamento manual com acionamento por chave;

V - A realização de testes operacionais e validação do sistema pela fiscalização do contrato;

VI - O cumprimento das normas técnicas aplicáveis e das condições de segurança exigidas;

VII - A correta destinação dos materiais e equipamentos substituídos, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

VIII - A entrega do ambiente limpo, organizado e em perfeitas condições de uso após a conclusão dos serviços;

IX - A apresentação de documentação técnica, quando aplicável, incluindo manuais, certificados de garantia e orientações de operação;

X - A aprovação formal dos serviços pela fiscalização do contrato, mediante emissão de termo de recebimento.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, mediante emissão de termo de ateste pelo fiscal do contrato, após verificação preliminar da execução dos serviços.

7.5. O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação do pleno funcionamento do sistema e do atendimento integral das exigências contratuais.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado a partir da comunicação formal da CONTRATADA acerca da conclusão dos serviços.

Prazo de pagamento

7.7. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente e após o ateste do Fiscal de Contrato correrá o prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis para fins de emissão da nota de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.10. Para fins de liquidação, o Fiscal de Contrato deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data de emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.13.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;

7.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

(Instrução Normativa SEGES/ME nº 3/2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação e reajuste

7.23. Em razão da presente contratação caracterizar-se como contratação por escopo, com prazo certo e determinado de execução e com preço global previamente estabelecido, não haverá reajuste de preços ou repactuação durante a vigência contratual.

7.24. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis, tendo sido formulados pela CONTRATADA com base nas condições vigentes à época da apresentação da proposta, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, inclusive materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, seguros, administração, lucro e demais despesas.

7.25. Somente será admitida a revisão de preços, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, em caso de ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual, devidamente comprovados, e que impactem de forma relevante o equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação.

7.26. A eventual revisão, se reconhecida pelo CONTRATANTE, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, precedida de análise técnica e jurídica, vedada qualquer alteração automática ou unilateral dos preços contratados.

Cessão de crédito

7.27. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Pela inexecução total ou parcial deste CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

8.2.5. Multa de mora de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor deste CONTRATO, na hipótese de inexecução total do objeto.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.10.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.10.2. a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 8.10.3. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.10.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.10.5. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.10.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

Regime de Execução

- 9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global, nos termos da legislação vigente, compreendendo o fornecimento integral dos materiais, equipamentos, mão de obra e todos os insumos necessários à perfeita execução dos serviços descritos neste Termo de Referência.

Critérios de aceitabilidade de preços

- 9.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado da contratação.

Exigências de habilitação

- 9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional
- 9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor e pertinente ao seu ramo de atividade.

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.23. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, da complexidade do objeto e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou

pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.23.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.23.1.1. Fornecimento e instalação de sistemas de portas automáticas de correr, incluindo conjunto de acionamento composto por motor, central de controle e sensores de presença e segurança;

9.23.1.2. Execução de serviços de instalação, configuração, testes e comissionamento de sistemas automatizados de acesso, com comprovação de pleno funcionamento;

9.23.1.3. Realização de serviços com fornecimento de materiais e mão de obra, incluindo a substituição de componentes e a adequação do sistema às normas técnicas aplicáveis.

9.24. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.25. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.26. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. QUANTITATIVO DE FORNECIMENTO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

10.1. As propostas de preços deverão ser assinadas pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:

10.2. Nome, número do CNPJ, Inscrição Estadual, endereço, telefone e fax da empresa proponente.

10.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega a abertura do certame;

10.2.2. Dados bancários da empresa, com o número de conta corrente e agência.

10.2.3. A proposta deverá ser apresentada com a descrição dos serviços ofertados, atendendo no mínimo o descrito no item 1.1, com valor mensal e/ou total.

10.2.4. Juntamente com a proposta de preços, a licitante deverá apresentar a declaração de que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, e os certificados e/ou declarações exigidos no presente Termo de Referência, bem como que a licitante possui suporte administrativo, aparelhamento e condições adequadas, bem como pessoal qualificado e treinado, disponíveis para a execução do objeto desta licitação.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. O **CONTRATANTE** obriga-se a:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo

Contratado;

11.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

11.1.6. Transmitir ao preposto da CONTRATADA toda e qualquer demanda relacionada à execução contratual.

11.1.7. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

11.1.8. Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência.

11.1.9. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à CONTRATADA.

11.1.10. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões.

11.1.11. A Administração terá o prazo de *15 (quinze) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.1.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

11.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

11.1.14. Verificar a conformidade dos serviços executados com as especificações contratadas.

11.1.15. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

11.1.18. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2. A **CONTRATADA** obriga-se a:

11.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2.1.1. Designar preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e interlocução com a CONTRATANTE.

11.2.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.2.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.2.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.2.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.2.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com

o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.2.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

11.2.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3. Comunicar ao Fiscal, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.4. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

11.5. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.6. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

11.7. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.8. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência.

11.9. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

11.10. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

11.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

11.12. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

11.13. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

11.14. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

11.15. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

11.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, se solicitado, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

11.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

11.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.20. Assumir todos e quaisquer ônus, referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados; assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta Licitação.

11.21. Zelar pela perfeita execução dos serviços.

11.22. Prover, realizar, manter e priorizar todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contidas neste Termo de Referência.

11.23. Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem.

11.24. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, provocados por negligência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do objeto.

11.25. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

11.26. Entregar os serviços nos prazos e condições especificados.

11.27. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor estimado para a contratação é de R\$ 9.799,23 (nove mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos), conforme pesquisa de preços realizada pela Administração, observados os parâmetros previstos na Lei nº 14.133/2021.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRA-RS, o qual será atendido através da seguinte dotação orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.04.04.030 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A contratação se dará através de contrato/ordem de serviço ou instrumento equivalente, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Documento assinado digitalmente



ALFREDO LEONARDO GUEDES FULBER
Data: 25/05/2026 08:50:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alfredo Leonardo Guedes Fulber
Chefe de Setor - Engenharia
CREA-RS 266699



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Leonardo Guedes Fülber**, **Chefe de Setor**, em 25/05/2026, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **3997188** e o código CRC **FEAEB8BE**.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP-BENS E SERV. Nº 49/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.002110/2026-31

Referência Legal:

- a) Lei nº 14.133 DE 1º/04/2021 e suas alterações;
- b) Instrução Normativa Nº 58/2022; e
- c) DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES E DISPOSIÇÕES QUE PORVENTURA DEVAM CONSTAR NO EDITAL DE LICITAÇÃO, SEUS ANEXOS E/OU NO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

1. OBJETO

- 1.1. Análise de viabilidade para contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção corretiva da porta automática de correr localizada na entrada principal do prédio do CRA-RS, incluindo eventual fornecimento e substituição de componentes, instalação, configuração, testes e colocação em funcionamento do sistema.
- 1.2. A contratação deverá contemplar o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários à execução dos serviços, assegurando o adequado desempenho operacional, a segurança dos usuários e a conformidade com as normas técnicas aplicáveis.
- 1.3. Deverá ser considerada a implementação de solução que permita o fechamento manual da porta em situações de contingência, garantindo o controle de acesso e a segurança patrimonial.
- 1.4. A intervenção será realizada na entrada principal do prédio do CRA-RS, situado à Rua Marcílio Dias, nº 1030, bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS.
- 1.5. A definição detalhada da solução técnica será realizada ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, com base na análise das alternativas disponíveis no mercado.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente demanda decorre do mau funcionamento da porta automática de correr localizada na entrada principal do prédio do CRA-RS, equipamento essencial para o acesso às dependências da instituição.
- 2.2. O sistema apresenta falhas operacionais recorrentes, decorrentes do desgaste natural pelo uso contínuo, comprometendo sua confiabilidade e funcionamento adequado.
- 2.3. A situação atual representa risco à continuidade das atividades institucionais, podendo ocasionar interrupções no acesso ao edifício, prejuízos ao atendimento ao público e transtornos a colaboradores e usuários.
- 2.4. Além disso, o funcionamento inadequado do equipamento compromete a segurança patrimonial e o controle de entrada e saída de pessoas, configurando risco operacional relevante.
- 2.5. Considerando que a porta em questão constitui o principal acesso às dependências da instituição, evidencia-se a necessidade de intervenção para restabelecimento das condições adequadas de operação, garantindo a continuidade dos serviços, a segurança dos usuários e a adequada conservação da infraestrutura física do CRA-RS.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

3.1. A presente contratação está alinhada às diretrizes institucionais do CRA-RS, especialmente no que se refere à manutenção da infraestrutura física, à continuidade dos serviços e à segurança das instalações.

3.2. Embora não esteja prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, a demanda possui natureza superveniente, decorrente do surgimento de falhas operacionais em equipamento essencial ao acesso principal da edificação, não identificadas à época da elaboração do planejamento.

3.3. A necessidade de intervenção está diretamente relacionada à mitigação de riscos operacionais, à garantia da continuidade das atividades institucionais e à preservação das condições adequadas de funcionamento da infraestrutura física.

3.4. Dessa forma, a contratação mostra-se compatível com os objetivos estratégicos da instituição, especialmente no que tange à eficiência administrativa, à segurança patrimonial e à adequada prestação dos serviços aos usuários.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A solução a ser contratada deverá assegurar o pleno funcionamento da porta automática de correr da entrada principal do CRA-RS, garantindo operação contínua, segura e adequada ao fluxo de usuários.

4.2. A solução deverá atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente no que se refere à segurança, acessibilidade e confiabilidade operacional.

4.3. Deverão ser observados requisitos de segurança que evitem riscos aos usuários durante a operação, bem como garantam o controle adequado de acesso às dependências da instituição.

4.4. Deverá ser prevista solução que permita o fechamento manual da porta em situações de contingência, assegurando o travamento do acesso em caso de falha do sistema automático ou interrupção de energia.

4.5. A contratação deverá contemplar o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à execução dos serviços, incluindo instalação, configuração, testes e colocação em funcionamento.

4.6. A solução deverá ser compatível com a estrutura existente, considerando as características físicas da porta e do local de instalação.

4.7. A execução dos serviços deverá incluir a retirada e a destinação ambientalmente adequada de componentes eventualmente substituídos, em conformidade com a legislação aplicável.

4.8. A solução deverá apresentar durabilidade e confiabilidade compatíveis com o uso contínuo do equipamento.

4.9. Deverão ser observados critérios de sustentabilidade, especialmente quanto à eficiência energética dos equipamentos e à adequada gestão de resíduos.

4.10. O serviço caracteriza-se como não continuado, sendo executado de forma pontual, com entrega do sistema em pleno funcionamento.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. A presente contratação refere-se à execução de serviços de manutenção corretiva em 01 (uma) porta automática de correr, localizada na entrada principal do prédio do CRA-RS, contemplando os seguintes itens:

- a) Motor para porta automática: 01 unidade
- b) Sensores de presença e segurança: 02 unidades (ou conforme necessidade do sistema)
- c) Central de controle e cabos de conexão: 01 conjunto completo
- d) Sistema de fechamento manual com chave: 01 unidade
- e) Serviço de desmontagem, instalação, configuração, testes e comissionamento: 01 execução completa
- f) Retirada e destinação de componentes antigos: 01 execução completa

5.2. Todos os itens referem-se à instalação em uma porta automática da entrada principal do CRA-RS, situada à Rua Marcílio Dias, nº 1030, bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1. Com o objetivo de identificar a solução mais adequada para atendimento da necessidade do CRA-RS, foram analisadas alternativas disponíveis no mercado:

6.1.1. a) Substituição integral da porta automática:

Consiste na substituição completa do sistema existente, incluindo estrutura, folhas e mecanismos de acionamento, por um novo conjunto.

6.1.2. b) Manutenção corretiva do sistema existente:

Consiste na realização de reparos pontuais, com substituição de componentes defeituosos, visando restabelecer o funcionamento do sistema atual.

6.1.3. c) Substituição do sistema de acionamento, com manutenção da estrutura existente:

Consiste na substituição dos principais elementos responsáveis pelo funcionamento da porta automática, mantendo a estrutura física e as folhas em operação.

6.2. A solução indicada na alínea "a" não poderá ser adotada, pois implicaria em custo elevado, além de demandar reforma adicional da estrutura existente, sendo economicamente inviável considerando que a porta em si está em boas condições de uso.

6.3. A solução indicada na alínea "b" não poderá ser adotada, pois o sistema atual é obsoleto, com peças que não são mais fabricadas, impossibilitando reposição adequada e garantindo alto risco de falhas recorrentes.

6.4. A solução indicada na alínea "c" mostra-se a mais adequada porque permite a restauração completa da funcionalidade da porta automática com investimento racional, aproveitando a estrutura existente que se encontra em boas condições. Essa alternativa contempla fornecimento e instalação de motor, sensores e central de controle modernos, além da implementação de fechamento manual com chave, garantindo segurança, confiabilidade operacional e conformidade com normas técnicas, sem necessidade de substituição completa do sistema.

6.5. Estudos preliminares de mercado indicaram disponibilidade de fornecedores especializados para o fornecimento dos componentes compatíveis, com garantia técnica adequada e custo-benefício favorável à instituição.

6.6. Adicionalmente, verificou-se, em levantamento de mercado, a existência de fornecedores aptos a executar a solução, o que evidencia a viabilidade da contratação e a possibilidade de competição no certame.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução adotada consiste na substituição integral do mecanismo de acionamento da porta automática de correr da entrada principal do CRA-RS, mantendo a estrutura física da porta que se encontra em boas condições.

7.2. O escopo contempla:

a) Fornecimento de componentes necessários ao funcionamento do sistema: incluindo os elementos responsáveis pela automação da porta, em conformidade com as especificações a serem definidas no Termo de Referência;

b) Instalação completa e colocação em funcionamento: compreendendo a desmontagem do sistema existente, instalação da nova solução, configuração do sistema, testes operacionais e garantia de funcionamento seguro e contínuo;

c) Implementação de solução de fechamento manual com chave: permitindo bloqueio seguro da porta em situações de falha do sistema automático ou contingência, garantindo a segurança patrimonial;

d) Retirada e destinação adequada dos componentes substituídos, com observância das normas ambientais aplicáveis: componentes obsoletos serão removidos e descartados de

forma ambientalmente correta;

e) Adequação às normas técnicas e de segurança: todos os equipamentos e serviços devem atender às normas aplicáveis de segurança, acessibilidade e operação de portas automáticas;

f) Garantia e suporte técnico: compatíveis com as práticas de mercado, assegurando o adequado funcionamento da solução após sua implementação, fornecendo garantia mínima para os equipamentos e serviços executados, com suporte técnico para eventuais ajustes ou manutenção corretiva durante o período de garantia.

7.3. Essa solução permite restaurar a funcionalidade completa da porta automática, garantindo segurança, confiabilidade operacional e continuidade do acesso ao prédio do CRA-RS, sem necessidade de substituição da porta completa, o que seria economicamente inviável. A solução também contempla melhoria operacional com a implementação do fechamento manual, alinhando-se às práticas de segurança e gestão de riscos da instituição.

8. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	AUTOMATIZACAO PORTA DE VIDRO - INSTALACAO / MANUTENCAO	21342	1	R\$ 9.799,23 (nove mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos)	R\$ 9.799,23 (nove mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos)

8.1. A estimativa preliminar de custo para a solução proposta foi elaborada com base em pesquisa de mercado, considerando contratações similares e cotações obtidas junto a fornecedores do ramo.

8.2. Com base nas informações levantadas, estima-se que o valor da contratação seja da ordem de R\$ 9.799,23 (nove mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos).

8.3. Ressalta-se que o valor apresentado possui caráter estimativo e poderá ser refinado a partir da realização da pesquisa de preços detalhada, a ser conduzida na fase de instrução do processo de contratação.

8.4. A existência de fornecedores aptos a executar o objeto, bem como a compatibilidade dos valores praticados no mercado, indicam a viabilidade econômica da contratação.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A presente contratação possui compatibilidade com a previsão orçamentária do CRA-RS, podendo ser atendida por meio da seguinte dotação orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.04.030 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. A solução objeto da presente contratação não se mostra passível de parcelamento, tendo em vista que se trata de um conjunto de serviços e fornecimentos tecnicamente integrados e interdependentes, necessários ao pleno funcionamento da porta automática.

10.2. A eventual divisão da contratação poderia comprometer a execução adequada do objeto, gerando riscos de incompatibilidade entre componentes, falhas operacionais e dificuldades na atribuição de responsabilidades entre diferentes fornecedores.

10.3. Além disso, a execução por múltiplos contratados poderia acarretar prejuízos à eficiência da solução, aumento da complexidade na gestão contratual e riscos à continuidade e à qualidade do serviço.

10.4. Dessa forma, a contratação em lote único mostra-se mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, garantindo maior confiabilidade na execução e melhor resultado para a Administração.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por funcionários do CRA-RS os quais já são capacitados para a fiscalização e gestão da pretensa contratação, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Considerando a natureza da contratação, não se identificam providências prévias relevantes à celebração do contrato, tais como necessidade de capacitação adicional de equipe, adequações estruturais ou preparação específica do ambiente.

11.3. Dessa forma, conclui-se que o CRA-RS já dispõe das condições necessárias para a adequada gestão e fiscalização da contratação, não sendo exigidas medidas preparatórias adicionais.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. Após análise da demanda, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que influenciem diretamente a execução do objeto.

12.2. A solução a ser contratada possui caráter pontual e autônomo, não dependendo de outros contratos vigentes ou planejados para sua execução, tampouco gerando necessidade de contratações complementares.

13. DESCREVENDO OS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Considerando a natureza da contratação, os impactos ambientais associados à execução do objeto são considerados de baixa relevância, tendo em vista tratar-se de intervenção pontual em equipamento existente, sem geração significativa de resíduos ou alterações estruturais no ambiente.

13.2. Ainda assim, a execução dos serviços poderá gerar resíduos decorrentes da substituição de componentes eletromecânicos, cabos e demais materiais, os quais deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente.

13.3. Deverão ser observadas, quando aplicáveis, práticas voltadas à sustentabilidade, especialmente quanto à correta gestão de resíduos e à adoção de soluções que favoreçam a eficiência energética dos equipamentos instalados.

13.4. Dessa forma, embora não se identifiquem impactos ambientais significativos, a contratação deverá observar os requisitos legais e normativos aplicáveis à proteção ambiental.

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se viável sob os aspectos técnico e econômico.

14.2. O estudo evidenciou que a solução adotada é adequada para o atendimento da necessidade identificada, apresentando compatibilidade com as condições existentes, disponibilidade no mercado e relação custo-benefício favorável para a Administração.

14.3. Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento da contratação, com a elaboração do Termo de Referência e demais atos necessários à sua formalização.

Alfredo Leonardo Guedes Fulber
Chefe de Setor - Engenharia
CREA-RS 266699



Documento assinado digitalmente
ALFREDO LEONARDO GUEDES FULBER
Data: 22/05/2026 08:39:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Leonardo Guedes Fülber**, **Chefe de Setor**, em 22/05/2026, às 08:36, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **3987899** e o código CRC **9161B72B**.

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao
Conselho Regional de Administração do Estado do Rio Grande do Sul – CRA-RS
CNPJ: 92.913.318/0001-81

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:		CNPJ:
FONE: ()	E-MAIL:	
RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA:		
Nº DO BANCO:	BANCO:	
Nº DA AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE Nº	

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção corretiva com substituição do conjunto de acionamento de porta automática de correr, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, instalação, configuração, testes, comissionamento e adequações necessárias ao pleno funcionamento do sistema, bem como a retirada e o descarte ambientalmente adequado dos componentes substituídos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Serviço de manutenção corretiva com substituição do sistema de acionamento de porta automática de vidro, incluindo fornecimento de materiais, instalação, configuração, testes e comissionamento.</p> <p>Especificações técnicas: a) Motorreductor com <i>encoder</i> magnético e velocidade ajustável; b) Correia sincronizada; c) Carros transportadores com sistema antidescarrilamento; d) Central de comando microprocessada com sistema antiesmagamento; e) Trilho em alumínio; f) Chave seletora de funções; g) 02 (dois) sensores de movimento; h) Fotocélula de segurança; i) Sistema de fechamento manual com chave.</p> <p>Características da porta: a) Porta de alumínio caixilhada com vidro; b) 01 (uma) folha; c) Dimensões: 1,30 m (largura) x 2,35 m (altura); d) Peso aproximado: 200 kg.</p>	21342	Serviço	1	R\$	R\$

Nos valores indicados nesta proposta estão incluídos todos os impostos, seguros, transporte, taxas e quaisquer outros encargos pertinentes à execução contratual.

Declaro que a empresa ----- atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, e os certificados e/ou declarações exigidos no presente Termo de Referência.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

DATA, XXXXXXX

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA COM CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL